

Abril Vermelho 2021: ressoar a resistência ocupando as redes com agroecologia

Red April 2021: reson at resistance by occupying networks with agroecology

BISPO, Karina da Silva ¹; AMORIM, Raul ²; AMARAL, Júlia Letícia ³; LOBO, Rafael Pereira ⁴; PORANGA, Bianca Natália ⁵

¹ UFSCar, karinabiispo@gmail.com; ² SEDUC-SP, raulwallace2320@gmail.com; ³ CCHB UFSCar, julialamsa@estudante.ufscar.br; ⁴ CCHB UFSCar, rafaellobo@estudante.ufscar.br; ⁵ biancaporanga@gmail.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Eixo Temático: Construção do Conhecimento Agroecológico

Resumo: Este artigo apresenta o XI Abril Vermelho - VIII Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária, ocorrido virtualmente em 2021 por entidades e movimentos sociais da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba. Esta experiência está centrada na luta pela soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional, destacando a pauta e denunciando a situação de 33 milhões de brasileiros/as em situação de vulnerabilidade alimentar e extrema fome. Dividido em três eixos, o artigo entrelaça a experiência com o conceito de transformação, utilizando pesquisa bibliográfica e análises das vivências no evento. Os principais relatórios sobre o tema, em consonância com a Educação Ambiental Crítica, são explorados. Isso visa apresentar à comunidade acadêmica a potência revolucionária e a execução da práxis em prol do avanço na implementação da educação ambiental crítica, fortalecendo as bases ideológicas que permeiam a agroecologia.

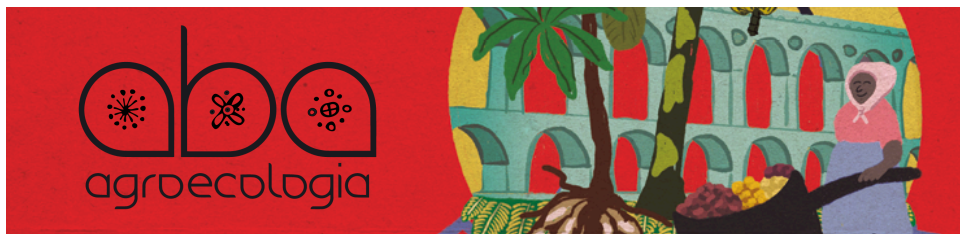
Palavras-chave: jornada universitária em defesa da reforma agrária; movimentos sociais; soberania alimentar; segurança alimentar e nutricional.

Introdução: a cabeça pensa onde os pés pisam

[...] com fome é difícil a gente estudar, a fome te atrapalha, a fome te distrai da leitura e te fixa nela, mas de modo nenhum separar a luta para comer da educação, uma coisa puxa a outra.

(FREIRE, 1993)

A pandemia da COVID-19 trouxe inúmeros desafios aos movimentos sociais em todo o território brasileiro. O trabalho de base e as ferramentas de organização popular dependem, majoritariamente, do contato diário e do diálogo; pois é no estar com o povo, que forjamos as condições para a denúncia das contradições e a construção de caminhos possíveis para sua superação (ÂMBAR; OLIVEIRA, 2022). Faz-se necessário salientar que a conjuntura que antecede a pandemia do COVID-19 tem alicerce em uma série de debilidades para a luta popular, marcadas por um contexto construído no avanço contra os direitos da classe trabalhadora e ascensão do neofascismo (BOITO JR. 2019).



Uma vez que exigiu medidas de distanciamento social, a pandemia impôs a transposição das ações presenciais para os meios virtuais, dando início a um período de isolamento físico inesperado: os encontros virtuais se tornaram regra. Referendamos no presente trabalho o entendimento de que a pandemia teve impactos distintos na população brasileira. Sabe-se que uma parcela significativa da população não pôde cumprir as medidas sanitárias exigidas pelo momento, seja pela necessidade de continuar a trabalhar presencialmente ou pela falta de acesso a saneamento básico. Tais fatos contribuem para que a população mais vulnerável do país tenha sido a maior vítima do COVID-19. Por este motivo e tantos outros, cabe denunciar, em memória às mais de 900 mil vítimas fatais da pandemia, que Jair Bolsonaro promoveu um genocídio ao desestimular medidas de proteção sanitária, disseminar informações falsas e atrasar o calendário de vacinação.

É neste cenário que constituímos a experiência XI Abril Vermelho - VIII Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária, realizada de forma virtual, gratuita, com cinco palestras, três salas de debate e uma oficina. Apesar dos limites que o virtual impõe, a construção deste evento foi uma ferramenta importante para continuar propagando perspectivas contra-hegemônicas e promover um debate crítico.

Tendo como comissão organizadora o Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã - NAAC, o Levante Popular da Juventude e o DCE Livre UFSCar, juntamente com mais de 10 organizações no Estado de São Paulo, o evento parte do objetivo geral de pautar a reforma agrária dentro das universidades, somando-se às JURA - Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária, que em Sorocaba, ocorrem na UFSCar desde 2011 e com os objetivos de: 1) promover o debate da agroecologia dentro da universidade pública; 2) projetar as organizações, aproximando e trazendo para si pessoas da universidade e de fora dela; 3) promover a formação crítica para seus participantes, em todos níveis, além de 4) debater e pautar a soberania alimentar e a segurança alimentar e nutricional como ferramentas no combate à fome.

Portanto, estamos diante de uma experiência que atua em um processo nacional, idealizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que tem por objetivo levar a luta do campo para a cidade e em especial debater a reforma agrária dentro das Universidades.

Desvendando a práxis da soberania e segurança alimentar e nutricional: contribuições do XI Abril Vermelho - VIII Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária

Segundo o Centro de Referência em Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional - CERESAN, a soberania alimentar alicerça a VIDA, e aponta que um país com soberania alimentar gesta sua alimentação com foco em seu povo e sua cultura, refletindo suas necessidades, pois:

Soberania alimentar é “[...] o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção [...] de alimentos que



garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A soberania alimentar é a via para se erradicar a fome e a desnutrição [...].” (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, Havana, 2001 *apud* CERESAN, S/D).

Diante da afirmação conceitual apresentada e referendada pelo Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar e a respeito do entendimento do que é soberania alimentar, temos como reflexão que a segurança alimentar e nutricional andam de mãos dadas com a soberania, uma vez que a mesma:

Consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (II Conferência Nacional de SAN, 2004; LOSAN, 2006 *apud* CERESAN, S/D).

Desta forma, conhecer a realidade brasileira, debater sobre as políticas de preço, questão agrária e, sobretudo o que é reforma agrária, são passos fundamentais para concretude da soberania alimentar.

A IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2011) apontou avanços significativos na conquista da Segurança Alimentar e Nutricional – SAN e soberania alimentar, reafirmando princípios fundamentais para dar alicerce a políticas públicas na área. Tem-se que “a alimentação adequada e saudável, reconhecida como direito humano fundamental e universal de todos e todas [...] [é] obrigação do Estado” (CONSEA, p. 5, 2011).

Assim, a Lei nº 11.346, artº 2, aponta o mesmo princípio acima supracitado, e atua no estabelecimento às definições do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e referenciados no artigo sexto da Constituição Federal de 1988, que estabelece comer como direito social, podemos aferir que durante a pandemia do COVID-19 o Estado brasileiro violou a Constituição Brasileira, indo na contramão da garantia da vida e do entendimento do comer como direito humano fundamental e universal.

Em 2021 nós, brasileiras e brasileiros, somamos à dura realidade do COVID-19, enfrentamento a uma outra guerra: a luta contra a fome. Por este motivo, o XI ABRIL VERMELHO - VIII JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA, promovido a partir da Universidade Federal de São Carlos *campus* Sorocaba, escolheu o tema “Por que o Brasil passa fome?”. Tal escolha tem fundamentação na denúncia de que mais da metade do povo brasileiro amargava a vida com altos índices de insegurança alimentar e retornava ao mapa da fome. CERESAN (2022) mostra que entre o final de 2021 e início de 2022 cerca de 40% dos brasileiros e brasileiras viviam em segurança alimentar, 28% vivia em preocupação com a aquisição de alimentos no futuro (insegurança alimentar leve), aproximadamente 30% sofria com IA moderada ou grave e 15,5% passava fome.



Deste modo, o objetivo do evento era de ampliar o debate sobre soberania alimentar, conjuntura, fome e demonstrar que existem saídas possíveis para um dilema que é reflexo direto da forma de produção capitalista. Devido a isso, perspectivas contra-hegemônicas como a Agroecologia são invisibilizadas.

Realizado de forma virtual, o evento contou com a presença de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais, ampliando o acesso ao debate. Houveram 557 inscrições de 19 estados brasileiros e de mais 4 países (Portugal, Uruguai, Argentina e Colômbia), com média de 60 a 100 espectadores em cada espaço. Além disso, a organização de eventos virtuais contribuiu para a profissionalização em relação à atuação nas redes sociais, que por mais que sejam controladas por grupos cujos interesses econômicos são antagônicos aos interesses da classe trabalhadora, permitem um alcance considerável de ideias e a disputa de corações e mentes.

Dado tal momento histórico, utilizamos do conteúdo para traçar uma linha sólida que atua na implementação de um programa político construído para e com o povo, que traga em suas linhas a soberania e a segurança alimentar. Assim, a seguinte programação foi divulgada nas redes sociais das organizações participantes:

- Transmissão online - 19/04 - 19h: Por que o Brasil passa fome? O campo e a cidade na luta pela vida.
- Transmissão online - 22/04 - 19h: Está tudo muito caro: a política de preços e soberania alimentar.
- Oficina em sala de reunião virtual - 24/04 - 15h: Cuidar de plantas, cuidar de gente: como fazer sua horta em casa.
- Transmissão online - 27/04 - 19h: Se o campo não planta a cidade não janta: agroecologia como ferramenta política.
- Debate em sala de reunião virtual - 28/04 - 19h: Estudantes em luta por direitos: Educação e a questão agrária.
- Transmissão online - 29/04 - 16h: Aula Aberta: Histórico da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA).
- Transmissão online - 30/05 - 19h30: Abril Vermelho: 11 anos de defesa da Reforma Agrária.
- Debate em sala de reunião virtual - 05/05 - 19h: A luta continua: saídas populares para a democratização da terra

Figura 1: programação do XI Abril Vermelho - VIII Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária 2021.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Acredita-se que o debate e a construção de praxis são as ferramentas primárias nos debates de soberania e segurança alimentar. Assim sendo, organizar tal atividade encontra-se no mesmo campo da constituição de pequenas revoluções para a revolução alimentar que precisamos.



Transformando vidas, diversificando olhares: lições para uma educação ambiental transformadora

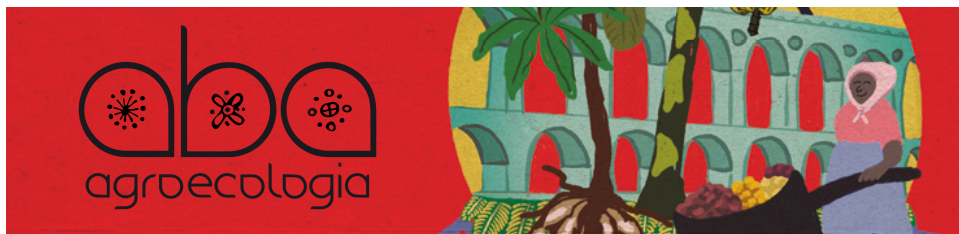
Os dilemas enfrentados pela humanidade durante a pandemia do COVID-19 levantaram debates importantes para um avanço coletivo rumo à constituição de valores alicerçados na luta pela vida e para a produção de sujeitos mais críticos.

A educação ambiental, por vezes, é tida por si só como um tema de transformação, mas majoritariamente aponta um viés conservador. Entretanto, temos a possibilidade de caminhar por três linhas epistemológicas tendencialmente desdobradas em: A) educação ambiental conservacionista, que aponta mudança de comportamentos individuais para pensar a conservação ambiental; B) educação ambiental pragmática, consumo consciente, individualizando a pauta, e C) educação ambiental crítica, que entende que os problemas ambientais se encontram no eixo estrutural da sociedade. (TORRES, 2012). Os eventos construídos pela experiência em foco tem base e construção no óculos de análise na macrotendência em educação ambiental crítica.

Desse modo, ressalta-se os limites enfrentados pelo online e acrescidos destes temos o desafio de uma atuação crítica, que aporte a transformação humana, princípio da educação em agroecologia (AGUIAR, 2016). Temos com essa experiência um recorte histórico para exposição das contradições do atual sistema de produção alimentar, dando respaldo na história para a execução de uma prática educacional, realizada de forma virtual, com conteúdo transversal e interdisciplinar, por necessidade, como recorte claro na defesa dos princípios defendidos pela educação em agroecologia, ou seja, transformando olhares para convergir a natureza, o trabalho e a cultura e assim construindo uma educação que atue na formação humana crítica-emancipatória-ecológica.

Paulo Freire (2011) ressalta que a educação por si só não transforma a realidade, como também sem ela não é possível mudar o mundo, a síntese de seu pensamento está na transformação das pessoas, pois estas transformam a realidade, assim temos na experiência em voga, com as provocações consolidadas em nossos espaços de debates, que avançamos no construção de novos saberes e valores. É possível aferir que as problemáticas ressaltadas no processo de construção teórica do evento perpassam a esfera da organização popular. Tal fato demonstra que o coletivo, fortalecido e organizado, pode e deve fundamentar a construção de reivindicações de direitos sociais e a construção de uma nova sociedade.

A defesa irrestrita da nossa soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional tem a capacidade de defender a vida, assim como relação entre sociedade e ambiente, à luz da EA crítica, e ser contraposição às ideologia dominantes, pautando e reivindicando a diversidade, também atuando na inserção do entendimento da complexidade da composição da sociedade. Além disso, aponta perspectiva de libertação perante a dominação da sociedade hegemônica.



Considerações finais

À luz de nossos objetivos, conseguimos aferir a concretude da realização dos mesmos por meio da manifestação de interesse nas pautas, posterior à realização do evento, dos participantes e pelo êxito em organizar pessoas nas organizações responsáveis pela experiência. Estas, conseqüentemente, têm em seu seio pautas que defendem a transformação social e de tal modo perpassa a luta pela reforma agrária e soberania alimentar. Temos que a raiz destes está diretamente ligada à produção coletiva, seja na relação educador e educandos ou na tomada coletiva da pauta.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Maria Virginia Almeida et al. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA. **Cadernos de Agroecologia**, v. 11, n. 1, 2016. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/20800>. Acesso em: 30 maio 2023.

ÂMBAR, Ana Raquel de Oliveira et al. MOVIMENTOS SOCIAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19. 2022. **Repositório Institucional**, UFSC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/242814>. Acesso em: 30 maio 2023.

BOITO JR. Armando. **O neofascismo no Brasil**. Boletim Lieri. Nº1. Maio 2019.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Rio de Janeiro). **O que entendemos por Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**. CPDA/UFRRJ. Disponível em: <https://www.ceresan.net.br/quem-somos/o-que-entendemos-por-ssan/>. Acesso em: 30 maio 2023.

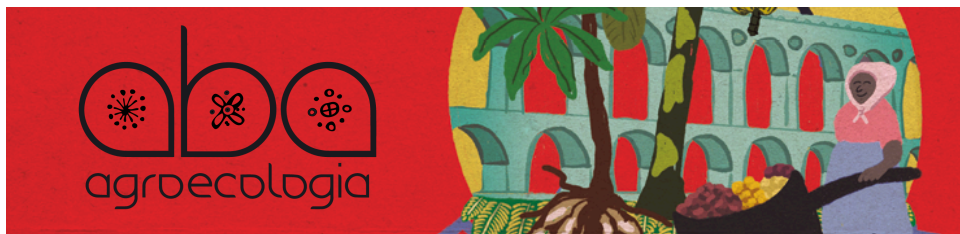
Declaração Pelo Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. **4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: CONSEA, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Editora Paz & Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Escola Viva entrevista Paulo Freire**. 1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bwvHZJLfhYE>. Acesso em: 24 de abr. 2023.

II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN: **relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar**. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://ceresan.net.br/wp-content/uploads/2022/07/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.

TORRES, Juliana Rezende et al. Educação ambiental crítico-transformadora e abordagem temática freireana. 2012. **Repositório Institucional**, UFSC. Disponível



em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93568>. Acesso em: Acesso em: 31 maio 2023.